

ÍNDICE

6.5.3 -	Programa de Educação Ambiental - PEA.....	1/34
6.5.3.1 -	Justificativas.....	1/34
6.5.3.2 -	Objetivo	4/34
6.5.3.2.1 -	Objetivo Geral	4/34
6.5.3.2.2 -	Objetivos Específicos	4/34
6.5.3.3 -	Metas.....	5/34
6.5.3.4 -	Indicadores.....	6/34
6.5.3.5 -	Público Alvo.....	7/34
6.5.3.6 -	Metodologia	8/34
6.5.3.6.1 -	Ações de Planejamento Participativo	11/34
6.5.3.6.2 -	Ações da Práxis Educativa	15/34
6.5.3.6.3 -	Ações de Monitoramento e Avaliação	24/34
6.5.3.6.4 -	Produtos	26/34
6.5.3.7 -	Cronograma	27/34
6.5.3.8 -	Responsáveis pela Elaboração do Programa	29/34
6.5.3.9 -	Equipe de Implementação.....	29/34
6.5.3.10 -	Instituições Envolvidas	30/34
6.5.3.11 -	Inter-relação com outros Planos e Programas	32/34
6.5.3.12 -	Requisitos Legais.....	33/34
6.5.3.13 -	Referências Bibliográficas	34/34

6.5.3 - Programa de Educação Ambiental - PEA

6.5.3.1 - Justificativas

O Programa de Educação Ambiental atende à condicionante específica n° 2.1 da LP N° 337/2009, IBAMA, que estabelece: “Detalhar todos os Planos, Programas, Subprogramas e Medidas Mitigadoras e de Controle consignados no Estudo de Impacto Ambiental e nos demais documentos técnicos, incluindo necessariamente a metodologia, o responsável técnico e o cronograma físico de implantação.”

O presente Programa insere-se no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias do processo de licenciamento ambiental, previstas na legislação ambiental brasileira. Apresenta-se como diretriz básica para o desenvolvimento de ações pedagógicas no âmbito da educação formal e não-formal, voltadas para os municípios e localidades da Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento.

A Área de Influência (AI), a ser contemplada pelo PEA, compreende oito (08) localidades em três municípios nos estados do Pará e Amapá:

Quadro 6.5.3-1 - Lista de Municípios e localidades contemplados com o PEA da UHE Santo Antônio do Jari

Estado	Município	Localidade
Pará	Almeirim	Sede municipal de Almeirim
		Distrito de Monte Dourado
Amapá	Laranjal do Jari	Sede municipal de Laranjal do Jari
		Vila Padaria
		Vila Santo Antônio da Cachoeira
		Vila Iratapuru
		Vila de São José
	Vitório do Jari	Sede municipal de Vitória do Jari

As localidades apontadas acima são as da Área de Influência da UHE, além da Vila de São José, . Ressalta-se que existem algumas localidades menores e mais isoladas, que poderão ser inseridas nas ações do PEA conforme demandas que venham a ser diagnosticadas em campo na época da implementação do Programa.

Deve-se destacar que a natureza de um empreendimento como a construção de uma usina hidrelétrica causa transformações irreparáveis na paisagem e na organização sociocultural e econômica das comunidades locais, tendo em vista o alagamento de parte do território e a necessidade de realocação de famílias e de estabelecimentos públicos e privados. Soma-se a isto a instalação de canteiros de obras, aumento da circulação de veículos e maquinários, bem como a inserção de novos atores sociais no contexto local que trabalharão na instalação do empreendimento.

Diante disso, o PEA insere-se como uma importante ferramenta para a mitigação de conflitos socioambientais, ao permitir a inserção dos atores sociais locais no debate a respeito do empreendimento e respectivos Impactos e Programas Ambientais possibilitando a participação mais efetiva nas esferas decisórias e, conseqüentemente, no controle social do processo de gestão ambiental.

Ressalta-se que o planejamento de ações do Programa precisa estar adequado à realidade das comunidades atingidas pelo empreendimento. Portanto, se faz necessário compreender as relações sociais, culturais e econômicas das localidades através dos estudos ambientais já realizados e dos diagnósticos participativos que serão desenvolvidos com o público alvo.

De acordo com o EIA (Ecology Brasil, 2008) o processo de ocupação social da região foi marcado pela instalação de dois empreendimentos, Jari Celulose e Caulim da Amazônia S.A. Quanto às atividades socioeconômica destacam-se a prática da agricultura, pesca e extrativismo vegetal.

As populações locais praticam agricultura de subsistência com base nos saberes patrimoniais e baixa tecnologia. As principais culturas plantadas são: mandioca, milho, banana, abacaxi, entre outros. Há ainda a pesca para subsistência nas Vilas como Iratapuru, Santo Antônio, Padaria, São Francisco e região do Porto Sabão. Somente em Laranjal do Jari a produção agrícola e a pesca é fonte de sustento para as famílias que vendem o excedente da produção em feiras na sede da cidade.

Uma importante atividade econômica realizada na região é o extrativismo, especialmente da castanha-do-pará. Na Vila Iratapuru existe a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru - COMARU voltada para a organização da produção e beneficiamento local para a produção de óleo, que possui valor agregado por causa da demanda da indústria de cosméticos. Há, inclusive, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru, protegendo a área de extração de castanha e a população extrativista.

Dada a natureza do empreendimento e o contexto socioeconômico da região, as atividades do Programa estão voltadas tanto para o desenvolvimento da educação ambiental no âmbito das unidades escolares (educação formal), como junto aos coletivos e às comunidades locais (educação não-formal), tal como determina a Política Nacional da Educação Ambiental (Lei 9795/99):

Art. 10 A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Art. 13 Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Ressalta-se que a educação ambiental trabalhada aqui está baseada nos conceitos dessa Política Nacional:

Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A metodologia desenhada em formato participativo permite a reflexão crítica do processo de ensino-aprendizado, e visa permitir o acompanhamento das transformações ocorridas a partir do empreendimento, ou seja, propiciando a participação e controle social.

Dessa forma, o PEA justifica-se como medida mitigadora dos impactos do empreendimento, visando à participação comunitária no processo de gestão ambiental da região, ao introduzir novos conhecimentos e práticas educacionais voltadas para a sustentabilidade socioambiental e, ao mesmo tempo, promover o regate e a valorização da história socioambiental local, da cultura e prática local, além de potencializar a organização socioeconômica da população.

6.5.3.2 - Objetivo

6.5.3.2.1 - Objetivo Geral

Realizar processos educativos capazes de promover a participação efetiva das comunidades da Área de Influência no controle social da gestão socioambiental do empreendimento, com o intuito de minimizar e compensar os impactos socioambientais no território e na dinâmica socioambiental e cultural local, decorrentes da instalação da UHE Santo Antônio do Jari.

6.5.3.2.2 - Objetivos Específicos

- Promover uma educação ambiental crítica voltada para a sustentabilidade;
- Promover reflexões a respeito do empreendimento estimulando a participação e controle social do público no processo de gestão do empreendimento;
- Estimular o protagonismo do público alvo no desenvolvimento das ações pedagógicas possibilitando a crítica, modificação e apropriação das atividades e do processo de ensino-aprendizagem;
- Promover um diálogo de saberes e percepções entre as diferentes comunidades da Área de Influência;
- Trabalhar em parceria com os órgãos e as instituições educacionais públicas dos municípios atingidos e com diferentes entidades e organizações regionais;
- Promover a valorização da cultura, da história e da prática socioambiental, bem como o resgate e registro da memória socioambiental das comunidades locais;
- Potencializar a reflexão das problemáticas socioambientais, nas suas dimensões histórica, social, cultural, econômica e ecológica de forma integrada, demonstrando a importância do envolvimento e da atuação das comunidades locais na busca de soluções;
- Planejar e executar metodologias participativas, instrumentalizadas pela fotografia e pela produção textual;
- Potencializar as práticas socioeconômicas locais tais como o extrativismo, a pesca e agricultura, incentivando o cooperativismo e o associativismo;

- Potencializar a geração de renda a partir de práticas do manejo sustentável;
- Realizar o monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos.

6.5.3.3 - Metas

- Promover a articulação e parcerias com entidades locais da sociedade civil organizada, bem como entidades e instituições do Poder Público;
- Produzir materiais didáticos e de apoio para o conjunto de atividades do Programa;
- Realizar Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo na Área de Influência Direta e Indireta;
- Realizar o Curso Educação e Memória Socioambiental na Área de Influência Direta e Indireta com carga horária de 60h e participação média de 25 pessoas/oficina;
- Realizar Oficina de Fotografia no interior do Curso Educação e Memória Socioambiental;
- Realizar o Curso de Formação Continuada para as unidades de ensino das sedes dos municípios e para o Distrito de Monte Dourado;
- Realizar a Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari;
- Realizar o Curso Produção Rural Sustentável nas Vilas situadas na Área de Influência Direta com carga horária de 40h e participação média de 25 pessoas/oficina;
- Produzir a publicação Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari;
- Estabelecer Núcleo de Educação Ambiental, de fácil acesso à população, no interior do Centro de Referência previsto;
- Promover eventos temáticos ligados ao meio ambiente (dia da árvore, semana do meio ambiente etc), voltados para a população da AID e AII;
- Realizar Oficinas de Avaliação Anual para aferir o alcance dos objetivos e metas.

6.5.3.4 - Indicadores

- Número de entidades locais da sociedade civil organizada, e entidades e instituições do Poder Público envolvidos;
- Número total de pessoas envolvidas/comunidades;
- Número de participantes/oficinas e cursos/ comunidades;
- Número de participantes/mostras de fotografia;
- Número de horas/oficinas e cursos;
- Grau de satisfação e aceitação dos materiais didáticos produzidos;
- Grau de participação e mobilização nas oficinas Publicação *Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari* produzida;
- Alcance das fotografias produzidas;
- Alcance dos materiais didáticos produzidos;
- Grau de satisfação dos participantes com o Programa;
- Quantitativo de Campanhas Temáticas realizadas;
- Criação de espaço físico autônomo utilizado como Núcleo de Educação Ambiental;
- Aferição de mudança de atitudes e valores do público por meio da análise de questionários semi-estruturados aplicados ao longo do PEA;
- Número total de participantes nos eventos comunitários.
- Registro fotográfico das ações.

6.5.3.5 - Público Alvo

O público alvo deste Programa será constituído pelas comunidades que residem na Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento abrangendo: a sede e o Distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim (PA), a sede e as Vilas de Santo Antônio da Cachoeira, São José, de Iratapuru e de Padaria no município de Laranjal do Jari (AP), e a sede do município de Vitória do Jari (AP).

Ressalta-se que, conforme dito no item 1 - Justificativas, existem algumas localidades menores e isoladas como a Vila de São Francisco e a área do Porto Munguba- que poderão ser inseridos nas ações do PEA conforme demandas que venham a ser diagnosticadas em campo na época da implementação do Programa. O público será organizado conforme a modalidade da educação ambiental:

Educação formal - comunidades escolares das unidades de ensino (priorizando a participação dos professores, coordenadores pedagógicos, funcionários e pais).

Educação não-formal - comunidade residente na AID, extrativistas, pequenos agricultores familiares e ribeirinhos.

Destaca-se que, em ambas as vertentes educativas, conforme interesse dos mesmos, poderão ser contemplados técnicos, lideranças comunitárias, representantes da sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas em trabalhar educação ambiental nos municípios da AI do empreendimento.

6.5.3.6 - Metodologia

O PEA segue as premissas pedagógicas e metodológicas estabelecidas pelo IBAMA através da publicação Pensando e Praticando - a Educação no Processo de Gestão Ambiental, segundo a qual:

Falar em educação no processo de gestão ambiental nos remete a uma concepção educativa que objetiva a participação qualificada na gestão do uso dos recursos ambientais, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente. (...) É uma educação comprometida com aqueles segmentos e grupos da sociedade brasileira que, apesar de conhecerem profundamente os ecossistemas em que vivem e por não possuírem, via de regra, as capacidades necessárias no campo cognitivo e organizativo para intervirem no processo de gestão ambiental, não conseguem fazer valer os seus direitos na disputa pelo controle dos bens naturais do país sendo, por isto mesmo, historicamente excluídos. (Quintas et al, 2006:15 e16, grifo nosso)

Para que estes atores sociais sejam incorporados ao processo decisório de gestão ambiental, faz-se necessário a utilização de métodos participativos capazes de "articular os elementos estruturantes do processo de ensino/aprendizagem: conteúdo, subjetividade e contexto na perspectiva da unidade teoria/prática" (*ibidem*:20).

Em outras palavras, a educação no processo de gestão ambiental pressupõe uma prática pedagógica na qual os atores sociais envolvidos no processo ensino-aprendizagem sejam os sujeitos da ação e não apenas receptores de informações ou normas de conduta, a partir de discursos e valores pré-estabelecidos.

Buscando alcançar estas premissas, as atividades e conteúdos do Programa foram estruturados de forma a possibilitar o diálogo com os repertórios político-culturais das comunidades locais, considerando seus saberes, valores e práticas de forma que as ações pedagógicas estejam em consonância com o contexto socioambiental da região.

Assim, o processo de ensino-aprendizado previsto neste Programa buscará trabalhar a sustentabilidade ambiental em suas múltiplas dimensões: ecológicas, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, tal como prevê o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

O PEA foi estruturado seguindo duas linhas de ação, mas promovendo os diálogos e interfaces necessárias entre ambos:

Educação formal - se concentrará nas unidades públicas de ensino, abarcando as comunidades escolares no debate sobre o empreendimento a partir do diálogo entre educação e a memória socioambiental das localidades do rio Jari.

Educação não-formal - trabalhará junto às comunidades locais a produção rural sustentável e as formas de organização (associativismo e cooperativismo), tendo por base as principais atividades socioeconômicas existentes na região: extrativismo, agricultura familiar e pesca artesanal.

Em referência aos Termos de Compromisso celebrados entre o Consórcio Amapá Energia S.A. e as Prefeituras Municipais de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Almeirim é preciso destacar que o PEA compromete-se a aplicar atividades com o corpo docente e alunos dos municípios. Estes últimos não estarão contemplados em atividade específica, mas poderão participar de todas as ações formativas previstas, sem restrição. Será fornecido material didático, equipe técnica (palestrantes e instrutores), estabelecido o conteúdo pedagógico e custeio das despesas de transporte e lanche, entre outros.

Tendo em vista que o Programa está previsto para ser realizado durante o período de vigência da Licença de Instalação, seu planejamento requer revisões anuais das ações. Assim, foi estruturada uma estratégia de construção de Planos de Trabalho anuais que irão refletir os resultados e demandas provenientes das ações executadas no ano anterior. Destaca-se que os referidos Planos deverão ser protocolados e aprovados junto ao Órgão Licenciador.

Para a execução do Programa é apresentado um conjunto de atividades organizadas em três grandes blocos de acordo com a sua natureza metodológica. A saber:

Quadro 6.5.3-2 - Conjunto das Atividades do PEA

Etapas de Execução do PEA		
Etapa	Atividade	Linha de Ação
Ações de Planejamento Participativo	Atividade 1 - Planejamento Inicial	Educação formal e não-formal
	Atividade 2 - Articulação com o Poder Público e Entidades Locais	
	Atividade 3 - Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP	
	Atividade 4 - Adequação do Planejamento Pedagógico das Ações	
	Atividade 5 - Produção dos Materiais Didáticos e de Apoio	
Ações da Práxis Educativa	Atividade 6 - Campanhas Temáticas de Meio Ambiente	Educação formal e não-formal
	Atividade 7 - Curso Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari	Educação formal
	Atividade 8 - Curso Formação Continuada em Educação Ambiental	Educação formal
	Atividade 9 - Curso Produção Rural Sustentável	Educação não-formal
	Atividade 10 - Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari	Educação formal e não-formal
	Atividade 11 - Elaboração da Publicação Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari	Educação formal e não-formal
Ações de Monitoramento e Avaliação	Atividade 12 - Elaboração de Relatórios	Educação formal e não-formal
	Atividade 13 - Oficinas de Avaliação Anual	

Pode-se observar que a implementação das atividades segue um encadeamento, onde uma subsidia a outra, de forma que as ações e conteúdos do PEA são revistos e reconstruídos ao longo do Programa em conjunto com o público participante. Assim, seu escopo se adequará às demandas e contextos locais.

Abaixo serão detalhadas todas as doze atividades que compõem o PEA, apresentando seu escopo, conteúdo, carga horária, número previsto de participantes.

6.5.3.6.1 - Ações de Planejamento Participativo

Atividade 1 - Planejamento Inicial Consiste na organização inicial do Programa no escritório, abrangendo a seleção da equipe técnica, sua preparação frente ao empreendimento e ao escopo das ações previstas neste PBA.

Neste momento também será elaborado um **Plano de Trabalho Inicial** com o estabelecimento do cronograma-executivo das atividades previstas ao longo das fases de implantação do empreendimento. Posteriormente, este Plano de Trabalho será avaliado durante a **Atividade 3 - Oficinas de diagnóstico participativo** e readequado na **Atividade 4 - Adequação do planejamento pedagógico das ações**.

Atividade 2 - Articulação com o Poder Público e Entidades Locais O objetivo dessa atividade é identificar o conjunto de entidades que atuam na região com o intuito de estabelecer as parcerias necessárias ao desenvolvimento das ações do PEA.

Tendo em vista que o Programa de Educação Ambiental trabalhará no âmbito da educação formal e não-formal, faz-se necessário realizar uma articulação tanto do poder público nas esferas municipal, estadual e federal - Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Agricultura, Meio Ambiente, empresas públicas de assistência rural e áreas afins -, como da sociedade civil - ONGs, OSCIPs, associações de moradores e de agricultores, cooperativas rurais, entre outras.

No âmbito da educação formal, este contato visa identificar, em cada município da área de influência, informações a respeito: do número e característica das unidades escolares, do seu corpo docente e discente e comunidade escolar, da existência e conteúdo do projeto político pedagógico (PPP); da elaboração e execução de projetos socioambientais, bem como a transversalidade dessa temática nos currículos, da existência ou não de ações específicas de educação ambiental e demais projetos governamentais e não governamentais existentes. Será priorizado o público de educadores, entretanto poderá ser incluído o público de educandos, dependendo da faixa etária e da organização escolar.

Na educação não-formal deve-se averiguar: as dinâmicas socioeconômicas locais, as formas de organização local, as demandas das comunidades, o mapeamento de lideranças e entidades regionais do poder público e da sociedade civil, os mecanismos para a melhor promoção da mobilização destes atores, a existência de projetos educacionais e socioambientais voltados para a geração de emprego e renda.

O primeiro contato com as instituições deverá ser feito ainda no escritório via telefone, quando possível. Entretanto, entende-se que devido às dificuldades de comunicação na região, muitas instituições serão contatadas em campo. Posteriormente serão realizadas reuniões em campo onde será apresentado o Plano de Trabalho Inicial.

A partir da identificação de lideranças e entidades da sociedade civil e do poder público, será possível definir o público que participará do PEA, estabelecer parcerias para sua realização, mapear Programas e ações de Educação Ambiental desenvolvidos na região e temáticas educacionais locais. Tais atividades além de buscar a continuidade de ações locais bem sucedidas em Educação Ambiental, permitem ainda a conformação de ações apoiadas em experiências locais, possibilitando uma melhor integração do PEA.

Por fim, no âmbito da Articulação Institucional, consta nos termos de Termo de Compromisso celebrados entre o Consórcio Amapá Energia S.A. e as Prefeituras Municipais, que os municípios se comprometeram a indicar, no momento oportuno, quais unidades de educação deverão participar, disponibilizando espaço para realização das atividades e prevendo tais ações no calendário escolar.

Atividade 3 - Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

Após o estabelecimento das parcerias e definição do público alvo, é importante compreender as potencialidades, problemas e demandas de cada localidade. Para isso será utilizado um conjunto de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tais como: técnicas e atividades de diagnóstico participativo, grupos focais, entrevistas com formulários semiestruturados, observação participante, dinâmicas, estudo do meio, biomapa, etc.

Seu objetivo é identificar as demandas locais de forma participativa, adequando o Plano de Trabalho Inicial além de possibilitar um maior conhecimento a respeito das percepções ambientais, saberes, simbologias e práticas do público alvo.

Esta ação atenderá a todo o público do Programa, podendo ser realizadas separadamente com cada público ou em conjunto, devendo observar a utilização de metodologias e linguagens apropriadas.

Tanto com o público da educação formal quanto da educação não-formal é importante observar o processo de interação com o espaço natural, se há a prática de caça e tráfico de animais na região e as formas de manejo da fauna e flora, do fogo e do solo.

Reitera-se que todas estas informações, temas geradores e percepções diagnosticadas nas oficinas servirão como subsídio para o planejamento e execução das ações subsequentes.

Atividade 4 - Adequação do Planejamento Pedagógico das Ações

O diagnóstico participativo produzido na atividade anterior aliado às informações e orientações oriundas da articulação com o poder público local servirá como base para a adequação do planejamento pedagógico, possibilitando a revisão do Plano de Trabalho Inicial, seguindo as demandas e apontamentos diagnosticados. Será produzido o Plano de Trabalho do Ano 1. Este plano será avaliado e readequado anualmente na **Atividade 13 - Oficinas de Avaliação Anual**, gerando os **Planos de Trabalho dos Anos 2 e 3**.

Nesta fase, é importante a elaboração detalhada de planos de curso e de aula da **Oficina de Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari (Atividade 7)**, do curso de formação continuada (**Atividade 8**) e do **Curso Produção Rural Sustentável (Atividade 9)**, além das **Campanhas Temáticas de Meio Ambiente (atividade 6)** estabelecendo as atividades e metodologias que serão utilizadas de acordo com os temas geradores e demandas de cada localidade visitada.

Atividade 5 - Produção dos Materiais Didáticos e de Apoio

Os materiais didáticos a serem produzidos servirão como ferramenta de apoio às atividades pedagógicas. Objetivam fornecer conteúdo informacional, reflexivo e crítico capaz de subsidiar as ações desenvolvidas nas Oficinas e Cursos, mas que também possam ser consultados e trabalhados após seu término.

Os materiais produzidos destinam-se às atividades formativas do Programa, a saber: **Oficina de Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari (Atividade 7)**, do **Curso de Formação Continuada (Atividade 8)** e **Curso Produção Rural Sustentável (Atividade 9)**.

Conteúdo: A elaboração de seu conteúdo deverá incorporar as considerações captadas no diagnóstico participativo produzido e as informações e orientações do poder público e associações locais. Porém, pode-se apontar aqui um conteúdo básico a ser considerado em ambos os públicos:

- Explicar a natureza e objetivos do empreendimento, bem como do PEA como medida mitigadora no contexto do licenciamento;
- Informar sobre a questão dos *royalties* ou compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos a serem pagos por empreendimentos de UHE aos municípios da AID, sensibilizando para a necessidade de controle pela população dos gastos e destinos do dinheiro público;
- Informar sobre os cuidados durante a obra de instalação da usina hidrelétrica e posteriormente na convivência com o seu reservatório durante seu funcionamento, além de problemáticas associadas ao período de construção do empreendimento como risco e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, drogas e gravidez precoce;
- Apresentar reflexão do contexto socioambiental da bacia do rio Jari, abordando problemáticas como desmatamento, saneamento básico, qualidade de água, conservação dos recursos naturais, destinação de lixo doméstico, orientação sobre os impactos da introdução indevida de espécies exóticas e alóctones nos ambientes aquáticos;
- Interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos;
- Apresentar questões referentes à caça, tráfico de animais silvestres, pesca predatória, biopirataria e espécies locais ameaçadas de extinção;
- Trazer preceitos teóricos e históricos da Educação Ambiental;
- Abordar práticas socioambientais sustentáveis adequadas ao contexto local, de acordo com o resultado do DRP;
- Temas geradores apontados no DRP.

Ao longo dos três anos de implementação do Programa poderão ser elaborados materiais artesanais junto com os participantes. Assim poderão ser produzidas peças como *fanzine*, boletim, história em quadrinho, jornal mural, que possibilitem a pesquisa-ação-participantes e criem um sentimento de identificação e auto-reconhecimento frente aos materiais.

Produtos: Serão produzidos os materiais descritos a seguir.

- Folders e cartazes, como materiais de divulgação da Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari (atividade 10);
- *Spots* de curta duração, veiculados em programas radiofônicos de acordo com as Campanhas Temáticas (atividade 6);
- Vídeo-diagnóstico da realidade socioambiental da AID do empreendimento a ser utilizado nos Cursos de Formação Continuada e Produção Rural (atividades 8 e 9);
- Como material de apoio, serão elaborados também certificados contendo a carga horária total da oficina e a ser distribuído ao término das ações do PEA para cada participante.

6.5.3.6.2 - Ações da Práxis Educativa

Atividade 6 - Campanhas Temáticas de Meio Ambiente

Estas campanhas temáticas serão realizadas em datas de interesse ambiental relevante apontadas pelo público durante a atividade de diagnóstico. As mesmas contarão, além da equipe técnica do PEA, com a participação de profissionais envolvidos com a Gestão Ambiental do empreendimento, tais como membros das equipes atuantes nas áreas como saúde, fauna, flora, meio físico, patrimônio histórico e cultural e demais programas sociais.

As campanhas visam proporcionar espaço de integração do público envolvido, ampliando para a comunidade em geral o acesso aos conteúdos trabalhados ao longo das demais ações formativas do PEA.

Local: Praças públicas, clubes, espaços desportivos ou no Centro de Referência, cuja localização ainda será definida.

Datas: Estão previstas seis (06) campanhas temáticas a serem realizadas em datas de relevante interesse ambiental levantadas junto ao público durante a atividade de diagnóstico. Dentre estas poderão ser identificadas datas tais como os dias: do meio ambiente (05 de junho), da água (22 de março), da árvore (21 de setembro), da natureza (04 de outubro), dentre outras. Destaca-se que a definição das datas deve estar, ainda, em concordância com o contexto de sazonalidade climática da região, levando-se em conta a nítida divisão dos períodos de seca (abril a outubro) e chuva (novembro a março).

Carga Horária: Variável, dependendo da campanha e tema escolhido.

Metodologia: A metodologia privilegiará a integração entre a comunidade local e o empreendimento. As atividades serão realizadas em locais abertos à comunidade como praças públicas, clubes, espaços desportivos. Esses locais deverão possibilitar adaptações de acordo com o público participante. Assim, em alguns momentos será necessário alterar, reduzir ou ampliar a complexidade das ações para oportunizar a participação de todos. Quando os eventos forem realizados no Centro de Referência, tais ações estarão promovendo também a configuração do Centro de Referência estabelecido pelo empreendimento, como espaço agregador do Núcleo de Educação Ambiental do PEA.

Para esse tipo de ação, o compromisso deverá ser com a inclusão e a participação da comunidade. Dessa forma, as ações devem ser orientadas para promoverem a reflexão a cerca do meio ambiente e ao mesmo tempo auxiliar no encorajamento de atitudes coletivas visando a atuação da comunidade na manutenção do ambiente.

Nesses eventos poderão ser realizadas atividades lúdicas como oficinas, apresentação de filmes, debates públicos e jogos sobre temas ambientais como: práticas de reciclagem, reaproveitamento, formas de conservação, mata ciliar, uso das margens, dentre outros.

Público-Alvo: População da AII e AID.

Número de Participantes: Variável conforme interesse do público.

Conteúdo: Deverá abarcar temas apontados pela população durante a atividade de diagnóstico, relativos às datas de interesse ambiental.

Atividade 7 - Curso Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari

Será realizado junto às comunidades escolares das unidades de ensino existentes nas vilas localizadas na AID. Tem como objetivo o resgate da memória socioambiental dos membros das comunidades a partir da oralidade e pesquisa a documentos e fotografias antigas, registro fotográfico das ações do PEA, formal e não-formal. Visa ainda a produção e difusão do conhecimento sobre as problemáticas socioambientais locais em suas múltiplas dimensões: ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política.

Dessa forma, esse Curso busca promover a educação ambiental a partir de metodologia que permita a ampliação da participação das comunidades nos processos de transformação local que se estabelecerão a partir do empreendimento. Para isso será oferecido um conjunto de ações, que comporão uma espécie de cardápio de ações que serão utilizadas de acordo com a dinâmica do Curso em cada localidade, chamado de “cardápio de aprendizado”. Este compreenderá:

- História Oral
- Pesquisa-Ação-Participante
- Oficinas de fotografia
- Estudo do meio
- Elaboração textual
- Atividades e dinâmicas de sensibilização

Durante a oficina de fotografia os participantes trabalharão com os preceitos da Educomunicação, visando realizar o registro fotográfico da região do empreendimento no início e ao longo do processo de obras da UHE.

Será feito o registro da implementação das ações do PEA, tanto da educação formal, como da educação não-formal. Poderá contemplar ainda o registro e acompanhamento da implementação de outros Programas Ambientais do empreendimento, como, por exemplo, traçar um diálogo direto com as ações desenvolvidas no Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico.

Posteriormente será discutido com os demais moradores da área de Influência as transformações ocorridas na paisagem local a partir da construção do empreendimento.

Carga Horária: 60h cada, divididas em atividades presenciais e difusas.

Público-Alvo: Será oferecido o Curso para cada uma das localidades envolvidas no PEA (Vilas do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, São José e Padaria), de modo a agregar todos os atores sociais destas comunidades.

Número de Participantes: média de 15 pessoas por Curso.

Conteúdo: Será constituído pelos temas geradores oriundos do DRP, além das temáticas básicas:

- **Contextos socioambientais da bacia do Rio Jari** - os ecossistemas, fauna, áreas protegidas, organização sociocultural da população, história ambiental local, práticas tradicionais, problemáticas como tráfico de animais silvestres, queimadas, desmatamento, saneamento básico, qualidade de água, conservação dos recursos naturais, destinação de lixo doméstico, orientação sobre os impactos da introdução indevida de espécies exóticas e alóctones nos ambientes aquáticos etc., buscando a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos, reflexão histórica da região e a elaboração de soluções sustentáveis de problemas socioambientais.
- **Teoria e prática da Educação Ambiental** - histórico do movimento ambientalista, conferências internacionais, fóruns nacionais de meio ambiente e legislação ligada à área.
- **Perspectivas das noções de risco e impacto do empreendimento** - questões como dos *royalties* ou compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos a serem pagos por empreendimentos de UHE aos municípios da AID, sensibilizando para a necessidade de controle pela população dos gastos e destinos do dinheiro público, além de prevenção de incidentes com animais peçonhentos, interferências eletromagnéticas, e de problemáticas associadas ao período de construção do empreendimento como risco e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, drogas e gravidez precoce etc., refletindo sobre o papel da educação na gestão ambiental participativa, bem como a convivência com a Usina Hidrelétrica.

- **Técnicas de Fotografia** - teoria e prática da fotografia e uso dos recursos visuais como ferramenta de educação ambiental.

Mesmo havendo um conteúdo comum, cada comunidade escolar envolvida deverá ter um desenho específico, respeitando seus repertórios sociais, culturais, políticos e econômicos.

Recursos Necessários

- Lanches para os participantes;
- Material de escritório;
- Materiais didáticos e de apoio;
- Máquinas fotográficas e laboratório de revelação itinerante.

Atividade 8 - Curso Formação Continuada em Educação Ambiental

Será realizado junto às comunidades escolares das unidades de ensino existentes nas sedes dos municípios da AII e no Distrito de Monte Dourado.

O Curso promoverá ações de formação continuada para o corpo docente das unidades de ensino local, tal como prevê o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (MMA, MEC, 2006).

Tem como objetivo possibilitar aos participantes a apreensão de um conjunto de ferramentas pedagógicas que possibilitem a apropriação, multiplicação e continuidade do processo de ensino/aprendizado. Para tal, o Curso deverá privilegiar a adoção de metodologias participativas, que estimulem a atuação do público na construção dos conhecimentos trabalhados, tais como: diagnósticos participativos, atividades em formato de oficinas, estudo do meio, pesquisa-ação-participante, dinâmicas de sensibilização, entre outras. Almejando a autonomia do público, espera-se que os conteúdos e metodologias trabalhados sejam apropriados pelos educadores e posteriormente aplicados de maneira apropriada junto a sua respectiva clientela de alunado, seja esta de ensino fundamental ou médio.

As atividades constituintes do Programa deverão ser orientadas pela práxis pedagógica, ou seja, trabalhar de forma associada teoria (reflexão crítica), sensibilização (afetos, valores e ética) e prática (ação política e comportamento cotidiano).

Carga Horária: Será oferecido um Curso de Formação Continuada com carga horária mínima de 40h cada, dividida em atividades presenciais e difusas.

Público-Alvo: Corpo docente das unidades de ensino nas sedes dos 3 (três) municípios da AII e do Distrito de Monte Dourado. Poderão, ainda, participar do Curso, técnicos, lideranças comunitárias, representantes da sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas em trabalhar a educação ambiental nos municípios da área de influência do empreendimento.

Número de Participantes: média de 25 pessoas por turma do Curso. Estima-se que deverão ser formadas 6 (seis) turmas - três em Laranjal do Jari, uma em Monte Dourado, uma na sede de Almeirim e outra em Vitória do Jari, contudo, este quantitativo deverá ser definido durante a atividade 4. Adequação do Planejamento pedagógico das Ações.

Conteúdo: Tendo em vista a interdisciplinaridade, a pluralidade e a diversidade cultural, os conteúdos serão constituído pelos temas geradores oriundos do DRP, além das seguintes temáticas básicas:

- **Contextos socioambientais da bacia do Rio Jari** - os ecossistemas, fauna, áreas protegidas, organização sociocultural da população, história ambiental local, práticas tradicionais, problemáticas como tráfico de animais silvestres, queimadas, desmatamento, saneamento básico, qualidade de água, conservação dos recursos naturais, destinação de lixo doméstico, orientação sobre os impactos da introdução indevida de espécies exóticas e alóctones nos ambientes aquáticos etc., buscando a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos, a reflexão histórica da região e a elaboração de soluções sustentáveis de problemas socioambientais.
- **Teoria e prática da Educação Ambiental** - histórico do movimento ambientalista, conferências internacionais, fóruns nacionais de meio ambiente e legislação ligada à área.
- **Prática da Educação Ambiental no Ensino Formal** - prática na Educação Ambiental de forma transdisciplinar nas diversas disciplinas que constituem os currículos escolares, inserção da temática ambiental no Projeto Político Pedagógico.

- **Perspectivas das noções de risco e impacto do empreendimento** - questões como a dos *royalties* a serem pagos pelo empreendimento aos municípios da AID sensibilizando para a necessidade de controle pela população dos gastos e destinos do dinheiro público, além de prevenção de incidentes com animais peçonhentos, interferências eletromagnéticas e problemáticas associadas ao período de construção do empreendimento como risco e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, drogas e gravidez precoce, etc., refletindo sobre o papel da educação na gestão ambiental participativa, bem como a convivência com a Usina Hidrelétrica.

Atividade 9 - Curso Produção Rural Sustentável

Este Curso pertence à linha de educação não-formal e objetiva valorizar os saberes locais e potencializar as práticas produtivas já realizadas pelas comunidades das Vilas do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, de São José e Padaria.

As principais atividades produtivas diagnosticadas no EIA, que poderão ser trabalhadas no Curso, referem-se ao extrativismo da castanha-do-pará, à agricultura familiar e à pesca artesanal. Destaca-se que novas temáticas locais poderão ser levantadas pelo próprio público nas oficinas de DRP.

É importante destacar que estão previstas ações direcionadas especificamente aos pescadores no Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira, sendo necessária uma interlocução entre as ações propostas entre o supracitado Programa e o PEA.

Um elemento importante do Curso é a construção, em conjunto com os participantes, de indicadores de produtividade e renda. Esta abordagem visa possibilitar ao público a mensuração do acréscimo do quantitativo de produtos produzidos/extraídos por unidade produtiva. Assim, estima-se que os participantes tenham condições de avaliar se as técnicas trabalhadas ao longo do Curso proporcionaram, ou não, maior eficácia em sua produção e renda.

O Curso Produção Rural Sustentável promoverá momentos de trocas entre os participantes, visando o intercâmbio de práticas produtivas sustentáveis de baixo custo. Para tanto deverá mesclar conteúdos teóricos e instrumentos para a prática produtiva local que propiciem a intervenção qualificada no espaço rural.

Em cada localidade, os participantes poderão optar por aprofundar o conhecimento prático sobre uma dessas atividades a ser trabalhadas de forma prática. Para isso serão implementadas Unidades Demonstrativas (UDs) desenvolvidas sempre de forma coletiva e em sistema de mutirão.

As UDs funcionam como demonstração da aplicação de instrumentos e práticas para serem replicadas posteriormente pelo grupo, através das associações e cooperativas já existentes ou que poderão ser criadas. Os grupos poderão ainda buscar possíveis parcerias governamentais ou com instituições não governamentais.

As Unidades Demonstrativas deverão ser realizadas em espaços existentes nas comunidades, tais como: locais de extração da castanha-do-pará como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru, locais de pesca e de produção agrícola ou cooperativa onde se beneficia a castanha.

Carga Horária: Será oferecido um Curso em cada localidade com carga horária mínima de 40h, dividida em atividades presenciais e difusas.

Público-Alvo: comunidades das Vilas do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, de São José e Padaria. Além de pequenos produtores rurais, poderão ainda participar do Curso técnicos, lideranças comunitárias, representantes da sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas em trabalhar a educação ambiental, no âmbito não-formal, nos municípios da área de influência do empreendimento.

Número de Participantes: média de 25 pessoas por Curso.

Conteúdo: A definição do conteúdo a ser trabalhado no Curso será realizada após o diagnóstico local. Aqui podem ser apontadas algumas linhas de ação prováveis, tendo em vista o contexto socioeconômico da região: agricultura sustentável, extrativismo e beneficiamento vegetal, beneficiamento dos recursos pesqueiros, e técnicas alternativas de bioconstrução. No entanto, mesmo que sejam escolhidas linhas de ação distintas em cada Vila, haverá um módulo comum a todas as linhas sugeridas, composto por:

- Conceituação básica de termos associados a meio ambiente, agricultura, pesca e extrativismo sustentável, território e gestão ambiental;
- Elementos de análise de viabilidade econômica com indicadores de produtividade e renda;
- Fortalecimento ao associativismo e cooperativismo;
- Teoria e prática da Educação Ambiental no âmbito não-formal, incluindo o histórico do movimento ambientalista, as conferências internacionais e os fóruns nacionais de meio ambiente;
- As perspectivas das noções de risco e impacto do empreendimento refletindo sobre o papel da educação na gestão ambiental participativa.

Recursos Necessários

- Lanches para os participantes;
- Material de escritório;
- Materiais didáticos e de apoio;
- Materiais para a implementação das unidades demonstrativas.

Atividade 10 - Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari

Consiste na realização de mostras fotográficas itinerantes para divulgação, entre a população da região, dos resultados das ações realizadas pelo Programa através de registros visuais pesquisados e produzidos pelos participantes do Curso Educação e Memória Socioambiental (Atividade 6).

A Mostra apresentará fotografias recentes das localidades e ainda fotografias antigas levantadas entre os moradores. Dessa forma, possibilitará retratar a transformação da paisagem dessa região do Rio Jari ao longo do tempo.

Sua realização requer um trabalho de produção que envolve desde a seleção das fotografias e elaboração das legendas e textos explicativos até a preparação, edição e montagem das exposições em si.

Inclui ainda a organização executiva, envolvendo toda logística que a antecede: como a divulgação entre a população local, o envio de convite para os parceiros institucionais e participantes do PEA, bem como o cuidado na escolha e arrumação do local das exposições.

A Mostra ocorrerá nas localidades e nas sedes municipais que constituem a Área de Influência do empreendimento, sendo realizadas em espaços públicos que permitam a circulação dos munícipes, tais como: as próprias unidades de ensino, centros culturais sede das Prefeituras ou das Câmaras dos Vereadores.

Recursos Necessários

- Materiais para a montagem da mostra;
- Impressão das fotografias.

Atividade 11 - Elaboração da Publicação Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari

A publicação será o resultado do conjunto das ações realizadas no PEA e apresentará as percepções e reflexões suscitadas durante todo Programa: o diagnóstico participativo, a produção das atividades de história oral, pesquisa-ação-participante, oficina de fotografia e estudo do meio, bem como da implementação do Curso e das Unidades Demonstrativas junto às comunidades.

A elaboração de textos da publicação será realizada em conjunto com participantes do Curso Educação e Memória Socioambiental (Atividade 6), e dessa forma, os cursistas serão co-autores.

A publicação será distribuída para o público participante do PEA, para os demais membros das localidades atingidas pelo empreendimento e para os parceiros institucionais.

6.5.3.6.3 - Ações de Monitoramento e Avaliação

Atividade 12 - Elaboração de Relatórios

O acompanhamento e avaliação serão realizados como um processo contínuo inserido ao longo de todas as ações do Programa, contribuindo, desta forma, para subsidiar a tomada de decisões, a promoção de ajustes nas metodologias e procedimentos empregados, além de facilitar a reflexão das ações subsequentes.

Além disso, serão elaborados relatórios, a saber:

- Relatórios semestrais produzidos ao longo do Programa contendo a descrição, avaliação e registro fotográfico das ações desenvolvidas.
- Um (01) relatório final contendo a descrição e avaliação consolidada das ações desenvolvidas ao longo de todo Programa.

Atividade 13 - Oficinas de Avaliação Anual

O objetivo da Oficina de Avaliação Anual é reunir representantes das comunidades envolvidas para uma reflexão coletiva dos resultados, erros e acertos das metodologias e procedimentos empregados nas ações pedagógicas desenvolvidas.

Dessa forma, busca aferir o cumprimento das metas e o alcance dos indicadores ambientais a cada ano.

Esse processo é importante para possibilitar a revisão das ações previstas para o ano seguinte, avaliando e readequando o Plano de Trabalho Ano 1 de forma a gerar os planos de trabalho do ano 2 e ano 3. Tais documentos deverão ser elaborados pela equipe técnica e submetidos ao IBAMA para apreciação e aprovação do Órgão.

- Aferição de mudança de atitudes e valores do público por meio de aplicação de questionários semi-estruturados ao início e término das atividades 7, 8 e 9 do Programa, além das Oficinas de Avaliação Anual.

Recursos Necessários

- Lanches para os participantes;
- Material de escritório.

6.5.3.6.4 - Produtos

- Relatório de Diagnóstico Rápido Participativo da Educação Formal e Não-Formal;
- Plano de Trabalho Inicial, Plano de Trabalho Anos 1, 2 e 3;
- Material didático voltado para o Curso Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari;
- Material didático voltado para o Curso de Formação Continuada;
- Oficina de Fotografia;
- Fotografias para as mostras de Fotografia;
- Realização da Mostra de Fotografias do Rio Jari;
- Material didático voltado para o Curso Produção Rural Sustentável;
- Materiais didáticos artesanais produzidos ao longo do Curso Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari;
- Folders ou cartazes de divulgação da Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari;
- Publicação Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari;
- Certificados de Participação;
- Fichas de Avaliação;
- Implementação de unidades demonstrativas;
- Relatórios semestrais para o órgão ambiental;

Relatório final ao término das atividades contendo a descrição e avaliação consolidada das ações desenvolvidas ao longo de todo Programa. Destaca-se que, além dos relatórios, também os Planos de Trabalho deverão ser apresentados e aprovados junto ao IBAMA.

6.5.3.7 - Cronograma

Programa de Educação Ambiental	Cronograma de Implantação																																			
	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31				
Atividades																																				
Atividade 1 - Planejamento Inicial																																				
Plano de Trabalho Inicial																																				
Atividade 2 - Articulação com o Poder Público e Entidades Locais																																				
Atividade 3 - Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP																																				
Atividade 4 - Adequação do Planejamento Pedagógico das Ações																																				
Plano de Trabalho Ano 1																																				
Atividade 5 - Produção dos Materiais Didáticos e de Apoio																																				
Atividade 6 - Campanhas Comunitárias com Temáticas de Meio Ambiente																																				
Atividade 7 - Curso Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari																																				
Atividade 8 - Curso Formação Continuada em Educação Ambiental																																				
Atividade 9 - Curso Produção Rural Sustentável																																				
Atividade 10 - Mostra Fotográfica - Memória do Rio Jari																																				
Atividade 11 - Elaboração da Publicação Educação e Memória Socioambiental do Rio Jari																																				
Atividade 12 - Elaboração de Relatórios																																				
Entrega relatórios semestrais																																				
Entrega do Relatório Final																																				
Atividade 13 - Oficinas de Avaliação Anual																																				
Plano de Trabalho Ano 2																																				
Plano de Trabalho Ano 3																																				
Ordem de Serviço																																				
Mobilização/acessos (Condicionala ao início do período seco)																																				
Instalação do canteiro e acampamento																																				
Sequência de Desvio - 1ª Etapa - (Leito Natural)																																				
Sequência de Desvio - 2ª Etapa - (Leito Natural)																																				
Sequência de Desvio - 3ª Etapa - (Estrutura de Desvio)																																				
Estrutura de Desvio - Escavação/ Limpeza e Tratamento de Fundação																																				
Estrutura de Desvio - Concretagem																																				
Estrutura de Desvio - Montagem Eletromecânica																																				
Barragem - Aterro ME																																				
Barragem - Aterro MD																																				
Vertedouro - Concretagem - 1ª etapa																																				
Vertedouro - Concretagem - 2ª etapa																																				
Vertedouro - Concretagem - 3ª etapa																																				
Reservatório - Limpeza e Obras																																				
Emissão de licença de Operação LO (expectativa)																																				

6.5.3.8 - Responsáveis pela Elaboração do Programa

Nome	Formação	Identificação
Mariza Goulart	Cientista Social	Identidade: 11968694-7 IFP/RJ IBAMA: 541848

6.5.3.9 - Equipe de Implementação

A implementação do Programa na fase de Instalação é de responsabilidade do Consórcio Amapá Energia que deverá contar uma equipe técnica interdisciplinar constituída por:

- Um (01) **Coordenador Pedagógico da Educação Formal** - Responsável pela elaboração pedagógica do processo de ensino-aprendizado, da formulação das metodologias e atividades pedagógicas das atividades da educação formal, bem como de seus materiais didáticos e fechamento dos relatórios. Deverá ter experiência na coordenação de Programas de Educação Ambiental;
- Um (01) **Coordenador Pedagógico da Educação Não-Formal** - Responsável pela elaboração pedagógica do processo de ensino-aprendizado e da formulação das metodologias e atividades práticas da educação não-formal, bem como de seus materiais didáticos e fechamento dos relatórios. Deverá ter experiência na coordenação de Programas de Educação Ambiental;
- Quatro (04) **Educadores Ambientais** - Deverão ministrar as Oficinas de DRP, o Curso de Educação e Memória do Rio Jari, o Curso de Formação Continuada em Educação Ambiental e facilitar as Campanhas Temáticas. Auxiliarão o Coordenador Pedagógico na elaboração de metodologias das atividades pedagógicas, na elaboração de relatórios e dos materiais didáticos e nas demais atividades que constituem o Programa. Deverão ter experiência em projetos de Educação Ambiental;
- Um (01) **Educador Fotógrafo** - Responsável por ministrar as oficinas de fotografia no interior do Curso de Educação e Memória do Rio Jari, bem como organizar a Mostra Fotográfica do Rio Jari. Auxiliará a equipe na elaboração dos relatórios das atividades;
- Dois (02) **Profissionais de produção áudio-visual**: Deverão produzir os materiais didáticos compreendidos entre os *spots* radiofônicos e o vídeo-diagnóstico.

- Dois (02) **Profissionais da Área Rural**: Deverão ministrar os DRPs, os Curso Produção Rural Sustentável além de implementar e acompanhar a instalação das Unidades Demonstrativas. Auxiliarão o Coordenador Pedagógico na elaboração de metodologias das atividades pedagógicas e técnicas, na elaboração de relatórios e dos materiais didáticos e nas demais atividades que constituem o Programa. Deverão ter experiência em produção animal, produção vegetal e extensão rural.
- Um (01) **Produtor de Campo** - Responsável pela produção das atividades de campo no que tange à logística, agendamento e mobilização do público participante. Deverá contribuir também na elaboração dos relatórios.
- Um (01) **Designer** - Responsável por elaborar o projeto gráfico e design dos materiais didáticos e materiais de divulgação do Programa. Deverá ter experiência na área.

6.5.3.10 - Instituições Envolvidas

- Secretaria Estadual do Amapá e do Pará nas áreas de Educação, Cultura, Assistência Social, Agricultura, Meio Rural, Meio Ambiente e áreas afins;
- Secretarias Municipais de Almeirim, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, nas áreas de Educação, Cultura, Assistência Social, Agricultura, Meio Rural, Meio Ambiente e áreas afins;
- Unidades Públicas de Ensino (Educação básica: ensino fundamental e/ou ensino médio);
- Associações e demais entidades e organizações que atuem em conjunto com as Unidades de Ensino selecionadas pelo Programa;
- Associações de Moradores;
- Associações, Sindicatos Rurais e demais entidades e organizações que atuem junto às comunidades locais;
- Fundação ORSA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru e Reserva Extrativista do Rio Cajari.

- COMARU (Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do rio Iratapuru): Na área de influência da UHE a principal é a cooperativa COMARU, localizada na Vila de Iratapuru. A COMARU extrai o óleo da castanha e vende diretamente para empresa “Natura” de cosméticos.
- Amarte (Associação de Mães Artesãs do Vale do Jari): Organização composta por mulheres que beneficiam as sementes, confeccionam bio-jóias e comercializam no mercado local. Estão sendo capacitadas para melhorar a qualidade e a produtividade das bio-jóias.
- Coopnharin: é cooperativa formada por jovens da região do Jari organizados em 2 projetos: 1 voltado para a produção de móveis e pequenos artefatos de madeira em Vitória do Jari e o outro, consolidado em 2008, voltado à implantação de uma linha de produção de pisos para jardim (garden tilles) operando em parceria com Orsa Florestal, que fornece a matéria prima e facilita a comercialização do produto no mercado nacional e internacional.
- Coopmóveis: é uma cooperativa composta por marceneiros do Laranjal do Jari (AP) e está iniciando o uso de madeira certificada na sua produção de móveis para o mercado local e regional.
- Agulhas Versáteis: é um grupo de mulheres cooperadas da Vila do Planalto cujo negocio é a produção de uniformes profissionais e malharia voltada à demanda local.
- Colônia de Pescadores Z10: Pescam no rio Jari e seus afluentes, tem cerca de 380 filiados, sendo em sua maioria pescadores do Estado do Amapá.

6.5.3.11 - Inter-relação com outros Planos e Programas

Este Programa deverá ter uma inter-relação direta com o Programa de Gerenciamento Ambiental na medida em que fomenta o entendimento sobre os impactos e medidas compensatórias associadas ao empreendimento além de contar com profissionais em campo, de equipes de áreas como saúde, fauna, flora, meio físico, patrimônio histórico e cultural e demais, para a realização da Atividade 6 - Campanhas Temáticas.

Ele possui ainda grande interface com o Programa de Comunicação Social - PCS, o qual poderá contribuir com a divulgação das ações desenvolvidas e a mobilização do público participante.

Dialoga diretamente também com o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores - PEAT, Programa de Documentação e Preservação do Patrimônio Natural e Paisagístico, além do Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira, o Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo, o Programa de Indenização e Remanejamento da População e, finalmente, com o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA.

Ao longo de sua implementação, poderá ter interfaces como os demais ações e Programas realizados nas fases de instalação do empreendimento.

6.5.3.12 - Requisitos Legais

As diretrizes que balizam a concepção metodológica do Programa referem-se ao conjunto da legislação voltada para a Educação Ambiental, e aos Programas determinados pelo Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental, composto pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, a saber:

- Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº9795/99) - no que tange ao desenvolvimento da educação ambiental de forma transdisciplinar junto às unidades de ensino (educação formal) e aos coletivos (educação não-formal). Aqui é importante observar os princípios básicos da educação ambiental, definidos no Art. 4º da referida Lei nº9795/99, tais como:

I - o enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

V - a garantia da continuidade e permanência do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

- Decreto nº 4.281/02 - regulamenta a Lei nº9795/99.
- Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA.
- Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais - ProFEA.

6.5.3.13 - Referências Bibliográficas

ECOLOGY BRASIL, Estudo de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. Rio de Janeiro, agosto de 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

MMA, MEC, Órgão Gestor da Educação Ambiental. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais - por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Brasília: MMA e MEC, 2006a.

MMA e MEC, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA. 3ª Edição. Brasília: MMA e MEC, 2005.

QUINTAS, J.S., *et all*. Pensando e praticando a educação ambiental não processo de gestão Ambiental - Uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2006.

ROCCO, Rogério. *Legislação Brasileira do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.